



IDENTIFICAÇÃO

Servidor(a): Maria de Fatima Ribeiro de Almeida	Matrícula SIAPE: 1061500
Cargo: CONTADOR	Lotação: IF / IF-DEGES
Nível pretendido: RSC-V — RSC-PCCTAE-V	

INTRODUÇÃO

Mediante este Memorial descrevo minha trajetória profissional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – IFSul no exercício do cargo de Contadora, com o escopo de obter o Reconhecimento de Saberes e Competências para o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - RSC-PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, Lei essa atualizada pela Lei nº 15.367, de 30 de abril de 2026, e pelo Decreto nº 13.048, de 03 de julho de 2026, que estabelece os critérios e os procedimentos do RSC-PCCTAE.

Perante os dispositivos do Decreto supracitado e, sendo portadora do certificado do Curso de Pós-Graduação lato sensu em Função Social e Prática do Direito - Área de Concentração: Direito Público, com área de conhecimento em Direito, para o Mercado de Trabalho e para o Exercício do Magistério Superior, habilito-me ao RSC-PCCTAE, Nível V.

Ao caminhar como aluna de um Curso Técnico de Ensino Médio pelos corredores dos pavilhões e saguão da então Escola Técnica Federal de Pelotas – ETFPel - não imaginaria que iria percorrê-los novamente ao atravessar de um território para outro, de estudante para servidora técnica- administrativa em Educação, caminhada essa que se iniciou em 07.06.1994, data em que tomei posse no Cargo de Contadora.

Nessa jornada de trinta e dois anos iniciei minhas funções no Departamento de Recursos Humanos - DRH. Nos primeiros dias do ano seguinte fui lotada no Departamento de Administração - DA. Após o decurso de tempo em que estive no DA, afastei-me da Instituição, no período compreendido entre 2005 a 2011, na condição de cedida, em que desenvolvi atividades na Advocacia Geral da União - AGU, lotada, em períodos alternados, nas Seccionais de Rio Grande e de Pelotas. No mesmo compasso fui cedida também para a Defensoria Pública da União - DPU, Unidade de Pelotas, bem como para o Tribunal Regional Eleitoral - TRE-RS, exercendo atividades junto à 60ª Zona Eleitoral de Pelotas - ZONA 60.

Cabe ressaltar que todo o conhecimento, atividades desenvolvidas e experiências, tanto laborais como individuais, adquiridas em órgãos públicos federais que estive cedida corroboraram na minha trajetória profissional, indo ao encontro dos interesses da IFE para proporcionar educação pública, gratuita e de qualidade por meio do ensino, extensão e pesquisa, ampliando a inclusão e o desenvolvimento social. Transcorridos quase sete anos de meu afastamento do IFSul, no final de 2011 interrompi minha cedência retornando para a Instituição, vindo a ser lotada no Departamento de Ensino do Campus Pelotas. Em 2014 fui lotada na Reitoria. Até aqui já se passaram vinte anos de experiência que foi sendo construída como servidora pública da Educação. Os doze anos subsequentes, ao ir laborar na Reitoria, serviram para solidificar meus saberes, competências, habilidades, minha prática e vivências individuais, sendo designada para a Pró-reitoria de Extensão e Cultura - PROEX, Pró-reitoria de Ensino - PROEN, ainda, Pró-reitoria de Administração e de Planejamento - PROAP, onde permaneço.

Minha atuação profissional sempre foi voltada a contribuir com a Instituição, alinhando meus saberes, conhecimentos, experiências, vivências e habilidades aos interesses da mesma. Sendo proativa e objetiva, sempre busquei melhorar o serviço, entregar tarefas com qualidade, apoiar colegas e manter uma boa convivência para um clima positivo, fortalecendo com isso o ambiente coletivo. Todas essas qualidades foram lapidadas ao longo da minha vida profissional, mantendo sempre o entusiasmo de uma servidora em busca de resultados.

Nas linhas seguintes poderá ser averiguado que a minha atuação profissional ao longo de trinta e dois anos resulta na dinâmica de ensino, extensão e pesquisa. Os saberes, competências e habilidades se destacam na participação em comissões, núcleos, processo de apuração de materialidade e responsabilidade, processos de apuração de contas partidárias eleitorais, processo seletivo de estagiários, fiscalização de vestibulares,



elaboração, revisão ou correção de provas de concursos, bem como representação legal da Instituição junto a órgãos e entidades do Poder Público, recebendo inclusive gratificação temporária nível I por estar lotada no Núcleo de Cálculos e Perícias da Advocacia Geral da União - AGU.

Consubstancia-se, ainda, em participação em comitê científico, na atuação em produção de material acessível de referência, presença em fórum educacional, integrante de equipe executora de seminário de ações inclusivas, comissão de evento esportivo, bem como treinamentos, cursos, atuação tecnicamente qualificada na operação de sistemas estruturantes da Administração Pública, exercício de atividades de gestão ou fiscalização de contratos de aquisição e/ou serviços, atividades relacionadas a licitações, atuação em processo institucional em gestão e conclusão de cursos de graduação.

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES POR REQUISITO LEGAL

I - Comissões e Representações

I - Participação em grupos de trabalho, comissões, comitês, núcleos, representações ou similares, formalmente instituídos ou reconhecidos pelo órgão ou pela entidade

2. Coordenação ou presidência de núcleos, representações, grupos de trabalho ou similares, comissões ou comitês previstos no âmbito da administração pública, regularmente instituídos

- Portaria N.º 1836/2015 designa, a contar de 10/01/2015, como Presidente da Comissão de “Criação da Regulamentação dos Cursos Livres e/ou Formação Inicial e Continuada - FIC, do IFSul”, Fixando a data para término dos trabalhos em 10/08/2025.

3. Participação como membro de núcleos, representações, grupos de trabalho ou similares, comissões ou comitês previstos no âmbito da administração pública, regularmente instituídos

- Integrante da equipe executora, na condição de Técnica Administrativa, do Evento intitulado "IV Seminário de Ações Inclusivas do IFSul" realizado na cidade de Bagé nos dias 01 e 02 de setembro de 2016, totalizando 24 horas, conforme Certificado emitido pela Pró-reitoria de Extensão e Cultura - PROEX sob o nº EV026/23092016.
- Portaria Nº 715_95 nomeia comissões específicas para organizarem a realização do II EDET - Encontro Desportivo de Escolas Técnicas/RS, realizado pela Escola Técnica Federal de Pelotas no período de 16 a 18 de novembro de 1995. Vindo a ser designada para a Comissão de Finanças.
- Portaria Nº 1915/2022 designa para em comissão receber Servidor tipo rack, objeto de nota de empenho.
- Portaria N.º 1743/2016 designa para constituir o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) da Reitoria, com início em 11/07/2016.

4. Participação como membro de equipe designada em processos de apuração de materialidade e responsabilidade, como sindicância, processo administrativo disciplinar e tomada de contas especial

- Portaria TRE/RS Nº 006/2008 designa para exame das prestações de contas de campanhas eleitorais da 60ª Zona Eleitoral, conforme disposto na Lei 9.547/87, artigos 28 a 32 e na Resolução TSE nº 22.715/08.
- Portaria N.º 296/2001 Nomeia para presidente da Comissão de Sindicância para, em 30 (trinta) dias, apurar os fatos e eventuais responsabilidades referentes ao processo nº 23053.000426/2001-32.

5. Atuação em atividades de organização, execução de exame de seleção, vestibular ou concursos

- Portaria N.º 2050/2015 designa para constituir Banca de Avaliação do Processo Seletivo para Contratação de Estagiários da Reitoria, referente ao Edital COER n.º 021/2015/PROEN.
- Portaria Nº 1639 designa para trabalhar em Comissão, a partir de maio de 2016, no Processo Seletivo em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, no IFSul, com conclusão dos trabalhos em fev/2017.
- Portaria Nº 939/98 intitula Fiscal de Exame de Ingresso Ensino Técnico - 1999.
- Portaria Nº 862/99 nomeia para ser Fiscal do Exame de Ingresso Ensino Médio - 2000.
- Portaria Nº 612/02 designa para ser Fiscal do Processo Seletivo Ensino Médio 2003.
- Portaria Nº 042/01 indica para ser Fiscal do Processo Seletivo Ensino Médio 2001.
- Portaria Nº 040/2001 designa Fiscal do Processo Seletivo Ensino Médio 2001.

6. Atuação em atividades de elaboração, revisão e/ou correção de provas de exame de seleção, vestibular ou concursos

- Portaria Nº 879/95 nomeia para identificar os candidatos e controlar a aplicação das provas do Concurso Público para provimento do cargo de Professor de 1º e 2º Graus para a Unidade de Ensino Descentralizada de Sapucaia do Sul, conforme Edital Nº 014/95.
- PORTARIA Nº 720/95 nomeia para desidentificar e reidentificar as provas do Concurso Público para provimento do cargo de Professor de 1º e 2º Graus para a Unidade de Ensino Descentralizada de Sapucaia do Sul, conforme Edital Nº 013/95.
- Portaria Nº 600/97 designa para planejar e elaborar a prova de conhecimentos específicos do concurso público para provimento do cargo de Contador a ser preenchido na Unidade de Ensino Descentralizada de Sapucaia do Sul, conforme Edital Nº 027/97. Com prazo de início das atividades em 10/11/1997 e fixada a data de término dos trabalhos em 30/11/1997.
- Portaria Nº 384/98 designa para mensurar as provas escritas do concurso público para Professor de 1º e 2º Graus para a Unidade de Ensino Descentralizada de Sapucaia do Sul, conforme Edital Nº 015/98.



I - Participação em grupos de trabalho, comissões, comitês, núcleos, representações ou similares, formalmente instituídos ou reconhecidos pelo órgão ou pela entidade

9. Representação legal da instituição ou responsabilidade técnica junto a órgãos de fiscalização, controle e regulação, ou junto a qualquer outra entidade pública

- Portaria 178/2005 do Ministro de Estado da Educação, publicada no Dou de 20/01/2005, autoriza a cessão para a Advocacia Geral da União - AGU Seccional de Rio Grande/RS, da servidora, pertencente ao quadro de Pessoal do Centro Federal de Educação Tecnológica. Portaria do Ministro de Estado da Educação nº 324/2007, publicada no DOU de 05/04/2007, seção 2, página 13, autoriza a cedência para a Defensoria Pública da União, cessando nessa data a cedência para a AGU.
- Portaria do Ministro de Estado da Educação Nº 324 de 04/04/2007, publicada no DOU nº 66, de 05/04/2007, seção 2, página 13, autoriza cedência da servidora para a Defensoria Pública da União - Unidade de Pelotas, permanecendo até a data de 23/09/2027, quando cedida para o TRE/RS, conforme certidão emitida pelo Cartório Eleitoral da Zona 60.
- Portaria Nº 679/2010 autoriza por 01 (um) ano cedência da servidora para a Advocacia Geral da União - AGU, Seccional de Pelotas, a partir de 21/05/2010. Portaria Nº 1351/2011 prorroga tal cedência a contar de 25/05/2011. Portaria Nº 2018/2011 suspende a cedência junto àquele Órgão, a contar de 19/10/2011.
- Certidão do Tribunal Regional Eleitoral certifica lotação da servidora na 060ª Zona Eleitoral - Pelotas/RS, no período de 24-09-2007 a 24-05-2010. A respectiva Certidão, doc. SEI n. 2674787, relata que as atividades desenvolvidas foram de examinadora das contas eleitorais e partidárias, emitindo pareceres técnicos nos respectivos processos. Além disso, declara que foi realizado, inclusive, o serviço cartorário ordinário, tais como atendimento aos eleitores, preparação dos pleitos e demais tarefas administrativas no cartório.

II - Projetos Institucionais

II - Participação e atuação em projetos institucionais, na gestão, no apoio ao ensino, à pesquisa, à extensão, de inovação e assistência especializada

5. Participação em atividades de orientação, tutoria, preceptoria ou supervisão

- Supervisão de estágio não obrigatório de estudante do Curso Superior de Engenharia Elétrica do IFSul, durante o período de 24/06/2015 a 18/05/2016.
- Supervisão de estágio não obrigatório de estudante do Curso Superior de Engenharia Elétrica do IFSul, durante o período de 24/06/2015 a 18/05/2016.

6. Participação em atividades de produção/reformulação de material acessível, técnico de referência (manuais, roteiros técnicos) e projeto político-pedagógico

- Participação na condição de colaboradora com o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos disponível na página inicial do site oficial do IFSul no link Administração --> Manuais e Instruções --> Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos.

7. Participação em atividade de avaliação de trabalho ou atuação como jurado em eventos acadêmicos, científicos, culturais, esportivos e técnicos

- Participação do Comitê Científico do projeto intitulado: III Concurso Literário na Temática Afro-Brasileira do IFSul: "O papel do negro no Rio Grande do Sul; Lutas, resistências e conquista", realizado no período de 13/05/2015 a 20/11/2015, registrado na Pró-reitoria de Extensão e Cultura sob o nº PJ051/15062015.



II - Participação e atuação em projetos institucionais, na gestão, no apoio ao ensino, à pesquisa, à extensão, de inovação e assistência especializada

9. Participação em programas de formação continuada e/ou ações de desenvolvimento de competências, desde que não utilizada para fins de aceleração da promoção na carreira

- Curso Prestação de Contas Eleitorais 2008 (T1) ministrado à distância pelo TRE/RS, com carga horária de 15 horas, distribuídas em 2 semanas, de 09/06/2008 a 19/06/2008.
- Curso Windows Millennium, Word XP, Excel XP, Internet e Digitação, realizado pela Equipe Professor Ari Azambuja, de 05/09/2003 a 05/12/2003, com duração de 120 horas.
- Curso de Aperfeiçoamento Técnico-Administrativo em Relações Humanas, realizado pela Diretoria de Gestão de Pessoas do IFSul, no Campus Pelotas, no período de abril a setembro/2009, com carga horária total de 112 horas.
- Curso de Introdução à Informática - IPD, Windows e Word realizado no CEFET com duração de 30 horas/aula.
- Curso Comissão de Licitação, Registro Cadastral e Gestão de Contratos, realizado por Vianna & Consultores Associados, nos dias 09, 10 e 13 de agosto de 2001, com carga horária de 24 horas.
- Treinamento de Prestação de Contas Anual dos Partidos Políticos, realizado em Porto Alegre pelo TRE/RS, nos dias 27 e 28/04/2009, com carga horária de 16 horas.
- III Jornada de Estudos Jurídicos da Metade Sul-rio-grandense, realizada pela PROEX/UFPel, nos dias 22 e 23 de novembro de 2001, com carga horária de 12 horas.
- Curso de Direito Administrativo realizado pela Escola CENED, de 02/06/2014 a 30/08/2014, com carga horária de 160 horas.
- Curso de Windows e Word Básico realizado pela ETFPel, de 04/10 a 06/12/1994, com 24 horas/aula.
- Curso Introdução à Informática realizado pela ETFPel, no período de 10/11/1997 a 04/12/1997, com carga horária de 30 horas.
- Curso Gestão na Administração Pública, ministrado pela Escola CENED, no período de 13/08/2018 a 10/11/2018, com carga horária de 180 horas.
- IV Encontro dos Coordenadores Administrativos da AGU/4ª Região, promovido pela Unidade Regional de Atendimento em Porto Alegre/RS, realizado nos dias 13, 14 e 15 de outubro de 2010, com carga horária de 24 horas.
- Curso Formação de Tutores, ministrado pelo CENEDI, no período de 27/11/2012 a 27/12/2012, com carga horária de 80 horas.
- Curso Planejamento, Orçamento e Finança, ministrado pelo CENDEC, realizado no período de 11 a 15 de maio de 1998, com carga horária de 40 horas/aula.
- Curso Básico de Auditoria Interna, promovido pelo CRCRS, realizado no período de 03 a 05 de novembro de 1997, com carga horária de 24 horas.
- Curso de Perícia Contábil, promovido pelo CRCRS, realizado em 1º e 02 de junho de 1999, com carga horária de 16 horas.
- Treinamento sobre Convênios Federais, promovido pela Secretaria de Controle Interno do MF, nos dias 29 e 30/11/1999, com carga horária de 16 horas.
- Curso de Licitação, promovido por Martins Consultoria e Engenharia, nos dias 23 e 24 de março de 1995, com carga horária de 16 horas.
- Curso de Direito Administrativo Aplicado nas Relações Privadas, ministrado pela Escola CENED, realizado no período de 15/11/2024 a 29/12/2024, com carga horária de 205 horas.
- Curso de Direito Público, realizado pela Escola CENED, no período de 06/10/2023 a 11/11/2023, com carga horária de 180 horas.
- Curso Prestação de Contas de Convênios, ministrado pelo TCU - Instituto Serzedello Corrêa, de 02 a 27/08/2010, com 30 horas/aula.
- Curso Noções Básicas do Trabalho Remoto, disponibilizado pela Enap, com início em 09/12/2022 e término em 11/12/2022, com carga horária de 10 horas.
- Curso Legislação Aplicada à Gestão de Pessoas - Lei 8112/90, ministrado pela Enap, disponível no período de 10/01/2012 a 06/02/2012, com carga-horária de 30 horas.
- Curso Inteligência Emocional, lecionado pela Enap, com carga horária de 50 horas, início em 09/12/2022, término em 11/12/2022.
- Curso Fundamentos do Programa de Gestão e Desempenho (PGD), ministrado pela Enap, com carga horária de 20 horas, início em 10/01/2025, término em 13/01/2025.
- Curso de Direito Constitucional no Âmbito da Administração Pública, ministrado pela Escola CENED, com carga horária de 230 horas, realizado de 14/08/2023 a 05/10/2023.
- Curso de Direito Administrativo Aplicado nas Relações Privadas, ministrado pela Escola CENED, com carga horária de 205 horas, realizado de 15/11/2024 a 29/12/2024.

11. Participação em capacitação, fórum, oficina, workshop e congresso (carga horária mínima de 10h)

- Participação do Fórum Mundial de Educação - Educação e Transformação: a educação publica na construção de um outro mundo possível, realizado de 19 a 22 de janeiro de 2003, em Porto Alegre/RS, totalizando 40 horas.



IV - Responsabilidades Técnico-Administrativas

IV - Designação para assunção de responsabilidades técnico-administrativas ou especializadas

1. Atuação em atividades de execução/operação, desenvolvimento, colaboração nos sistemas estruturantes da Administração Pública

- Portaria Nº 616/02 designa para registrar a Conformidade Diária, verificando a correspondência entre a documentação comprobatória das operações e os respectivos lançamentos contábeis, registrados no SIAFI durante o exercício de 2003, conforme procedimentos mencionados na NE/CCONT nº 15 de 14/11/96. Por sua vez, o Sistema Senha-Rede (Recupera Sistemas do Usuário), emitido pela PROGEF, em 06/08/2026, mostra que o SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal) se encontra em situação ativo de operação, permitindo-me operá-lo em minhas atividades. O SIAFI é a principal ferramenta informatizada usada pelo governo do Brasil para registrar, controlar e acompanhar os gastos, as receitas e os bens públicos federais.
- O Sistema Senha-Rede (Recupera Sistemas do Usuário), emitido pela PROGEF, em 06/08/2026, demonstra que o SIASG (Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais) que é gerido normativamente no âmbito do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, se encontra em situação ativo de operação, permitindo-me operá-lo para registro de instrumentos contratuais, termos aditivos, apostilamentos e fiscalização de obrigações. O sistema habilita também o cadastro de Fornecedores, permitindo inclusão, habilitação e manutenção de dados de empresas.

3. Exercício de atividades de gestão ou fiscalização de contratos de aquisição, serviços, convênios e acordos ou instrumentos correlatos

- Portaria Nº 3015/2019 designa como gestora de contrato substituta do Contrato Nº 05/2019, conforme processo eletrônico 23163.003332.2019-05.
- Portaria Nº 2432/2019 designa como fiscal administrativa substituta do Contrato Nº 09/2019.
- Portaria Nº 2432/2019 designa como gestora de contrato substituta do Contrato Nº 09/2019.
- Portaria Nº 1581/2020 designa como gestora de contrato substituta do Contrato Nº 12/2019, conforme processo eletrônico 23163.002967.2019-87.
- Portaria Nº 919/2018 designa como fiscal de contrato substituta do Contrato Nº 01/2017, conforme processo eletrônico 23163.0000029/2017-81.

4. Exercício de atividades relacionadas à licitação e às suas excepcionalidades

- Portaria Nº 1029/95 designa servidores, a partir de 01/01/1995, para constituir a Comissão Permanente de Licitações (CPL). A Portaria Nº 193/95 altera a Portaria Nº 1029/94 corrigindo o nome de um dos integrantes da CPL. A Portaria Nº 507/95 substitui, a contar de 05/07/1995, um dos servidores nomeados para a Comissão Permanente de Licitações, conforme as Portarias Nºs. 1029/94 e 193/95.

V - Funções de Direção/Assessoramento

V - Exercício de função ou cargo de direção ou de assessoramento institucional

5. Exercício de função gratificada (FG-01 e 02) ou equivalente

- Portaria nº 614/2005 da Advocacia Geral da União - AGU atribui Gratificação Temporária, Nível I, a servidora requisitada e formalmente apresentada à AGU, conforme Boletim de Serviço - DRHTI/SGAGU, Ano 12, Número 33 de 15/07/2005, Página -5. Por sua vez a Portaria nº 500/2007 da Advocacia Geral da União - AGU faz cessar os efeitos da Portaria 614/2005, a contar de 05/04/2007, conforme Boletim de Serviço - DRHTI/SGAGU, Ano 14, Número 24 de 25/05/2007, Página -6.

VI - Produção de Conhecimento

VI - Produção, prospecção e difusão de conhecimento científico ou técnico

4. Conclusão de curso de educação formal superior ao exigido para o ingresso no cargo de que é titular e que não esteja sendo utilizado para percepção do atual nível de Incentivo a Qualificação - IQ

- Curso de Direito concluído em vinte e seis de novembro de dois mil e cinco, confere o título de Bachelarel em Di
- Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes para as Disciplinas do Currículo da Educação Profissional de Nível Técnico, conclusão em 31 de Agosto de 2002. O Certificado de Conclusão confere Estudos equivalente a Licenciatura Plena.

CONCLUSÃO DO SERVIDOR

Resgatar minha trajetória profissional não foi só uma oportunidade ao RSC-PCCTAE, mas também em reler lembranças de atividades e convivências, o que são bem prazerosas. Confesso que para aqueles labores que não eram tão habituais tive que dar um zoom, pois os detalhes já não estavam tão nítidos.

Ao dar o desfecho ao meu Memorial Profissional, posso afirmar que o conjunto de atribuições e responsabilidades que me comprometi ao firmar vínculo com o IFSul sempre foi pautado no conhecimento, no pensamento crítico, focado no aperfeiçoamento, em dominar o novo e na prática de competências, conjunto esse que coloquei à disposição da Instituição a fim de colaborar com sua missão de ampliar a inclusão e o desenvolvimento social.

A capacidade de me adaptar rapidamente a novas situações e desafios, assim como na resolução de



problemas refletem-se nos critérios e procedimentos supralistados, previstos nos Anexos do Decreto nº 13.048/2026, os quais busquei ao longo de minha carreira. Atividades essas revestidas em comprometimento, resultantes na dinâmica de ensino, extensão e pesquisa, em que são demonstrados os saberes, habilidades, experiências e vivências individuais, atendendo aos requisitos estabelecidos para concessão do Reconhecimento de Saberes e Competências - RSC-PCCTAE.

À vista das informações apresentadas, totalizo 209,50 pontos e atendo aos critérios legais e regulamentares para o nível RSC-V do RSC-PCCTAE. Solicito a análise pela CRSC-PCCTAE.

PELOTAS – RS, 19 de Agosto de 2026.

Maria de Fatima Ribeiro de Almeida

Matrícula SIAPE: 1061500

Assinatura eletrônica (SHA-256): 64ea827adfcef55fdbab1fd88c7f626b7f4f431e5d0862ecde476a586a3cc7fa